

Títulos da dívida brasileira despencam

HELOISA VILLELA
Correspondente

NOVA YORK — Os títulos da dívida externa do Brasil estão em baixa em Wall Street e a tendência é de queda ainda maior neste semestre, quando vários bancos europeus, japoneses e americanos prometem se desfazer de seus papéis para se protegerem contra outros créditos problemáticos, como os empréstimos das carteiras imobiliárias.

A pressão de baixa vai ser grande, mas a notícia pode ser boa para o Brasil, segundo explicou, no último dia de 1991, o diretor administrativo da Salomon Brothers, Stephen Dizard. O ambiente externo é favorável ao país hoje e o preço baixo para

os papéis deve funcionar como pressão sobre os bancos credores, para que fechem um acordo para a dívida externa e vejam os títulos valorizados novamente.

Os papéis são negociados no chamado mercado secundário, que cresceu mais de 100% em 1991. No ano anterior, foram movimentados cerca de US\$ 120 bilhões em títulos de dívida de diversos países. Em 1991, o volume subiu para US\$ 250 bilhões. Os papéis mais atrativos são os novos títulos, emitidos com a assinatura de acordos firmados dentro do Plano Brady, como aconteceu com o México. Sozinho, este país atraiu US\$ 3,5 bilhões em 1991. Segundo Stephen Dizard, o México não é o único a atrair capital para seus papéis: existe muito dinheiro indo para os paí-

ses mais próximos de um acordo com os bancos credores dentro dos moldes do Plano Brady. Brasil, Argentina e Polônia ocupam os primeiros lugares da lista.

Apesar do rápido crescimento, o mercado secundário ainda é uma área nova, com poucos participantes e poucas regras. Este mês, a Reserva Federal (Fed, o banco central americano), está investigando todas as empresas que operam no setor em Wall Street pela segunda vez em 18 meses. O Fed, disse Stephen Dizard, está preocupado em estabelecer normas de conduta e ética. Na primeira investigação, os agentes do Fed constataram a existência de práticas de pagamento nada recomendáveis: um negócio acertado entre duas partes sendo financiado por uma terceira entidade.

A filosofia do “se o seu dinheiro é verde eu faço negócio” não pode existir em um mercado regulamentado, afirmou Dizard, que é também vice-presidente da Associação de Negociadores do Mercado Secundário, criada com o objetivo de traçar as regras do jogo. No fim do mês, na próxima reunião da associação, ele vai apresentar uma proposta de código de ética. Entre outras coisas, ele afirmou que é preciso estabelecer igualdade de condições entre os participantes do mercado. Por exemplo, os bancos credores do Brasil com representação no comitê que negocia a dívida externa têm suas próprias divisões no mercado secundário. Mas não podem se valer da posição para passar informações privilegiadas a suas divisões.